



## Destaque Legislativas 2015

# O que deve Cavaco exigir para dar posse a um governo que perde as eleições?

**Pós-eleições** Constitucionalistas deixam pistas sobre o que o Presidente deve fazer se o vencedor não tiver maioria na AR.

Presidência da República Portuguesa

**Marta Moitinho Oliveira**  
marta.oliveira@economico.pt

O Presidente da República deve exigir um compromisso claro e sustentável, que vá além de uma abstenção no Orçamento do Estado, para aceitar o cenário de um governo minoritário liderado pelo PS com o apoio da esquerda, mas que não venceu as legislativas. As sondagens têm dado vantagem à coligação Portugal à Frente, mas sem maioria absoluta. O que, de acordo com o semanário 'Expresso', permite ao PS acreditar que acabará por governar, por ter mais facilidade de construir consensos, muito mais quando das eleições de domingo pode sair uma maioria de esquerda no Parlamento.

"Creio que o PR apenas não nomeará como primeiro-ministro o líder do partido/coligação que vença as eleições (sem maioria absoluta) se houver outro candidato a primeiro-ministro que tenha o apoio de uma maioria absoluta de deputados", diz ao Económico o constitucionalista Tiago Duarte.

No entanto, o especialista

defende que não basta apenas ter uma maioria absoluta de deputados. É preciso que ela permita aplicar o programa de Governo. "Para ter a certeza que essa maioria de deputados (do PS, do PCP e do Bloco, por exemplo) apoia efectiva e duradouramente esse candidato a primeiro-ministro (líder do PS, por exemplo) creio que o Presidente da República exigiria que houvesse um compromisso firme desses partidos no sentido de que apoiariam mesmo esse primeiro-ministro e o seu Governo, participando por exemplo nesse Governo ou aprovando expressamente o programa desse Governo", acrescenta o constitucionalista da PLMJ.

Tiago Duarte deixa então pistas sobre o que deve o Presidente impor se este cenário se colocar: "Não creio que o simples compromisso de se absterem na votação do Orçamento seja suficiente, por exemplo, pois não dá suficientes garantias de estabilidade governativa que precisa de mais do que do Orçamento para governar e fazer reformas que (algumas) precisam de ser aprovadas pela Assembleia da República".

Rui Medeiros, constitucionalista e sócio no escritório de advogados Sérvulo e Associados, partilha da mesma visão e explica os passos que deverão ser seguidos se o resultado eleitoral de domingo colocar em cima da mesa esta possibilidade.

"Se a coligação vencer com mais deputados mas sem maioria absoluta, o Presidente da República deve convidar o líder da coligação. No entanto, mesmo que Pedro Passos Coelho forme Governo tem de apresentar um programa na Assembleia da República", explica Rui Medeiros.

O programa de Governo não tem de ser aprovado - não tem de ir a votos - mas a esquerda pode unir-se e apresentar uma moção de rejeição, o que neste caso daria a queda do Executivo. Se assim for "nada impede que o Presidente da República decida convidar o líder do PS, António Costa" para formar Governo. Costa tem então de apresentar o programa de Governo, que ou passa no Parlamento ou

### CAVACO DIZ QUE SABE "MUITO BEM" O QUE FAZER NO PÓS-ELEIÇÕES



O Presidente da República disse ontem que sabe "muito bem aquilo que irá fazer" no pós-eleições e que é "totalmente insensível a quaisquer pressões", mas escusou-se a revelar "um centímetro" da decisão que está na sua "cabeça". "Quanto ao dia 5, eu estou com muita tranquilidade, sei muito bem aquilo que irei fazer e todos sabem que eu sou totalmente insensível a quaisquer pressões, venham elas de onde vierem. Decidirei nos termos dos meus poderes constitucionais e colocando sempre em primeiro lugar o superior interesse nacional", afirmou o chefe de Estado, Aníbal Cavaco Silva, em declarações aos jornalistas em Nova Iorque.

não. A passar "com base num acordo parlamentar dos partidos à esquerda" a questão que se coloca é "isto é sustentável?", pergunta Rui Medeiros.

O constitucionalista detalha depois quais são as exigências que Cavaco Silva deve colocar em cima da mesa. "Se eu fosse Presidente da República não avançaria para a segunda escolha [no caso o PS] se António Costa não oferecesse uma garantia de estabilidade, uma base

parlamentar de apoio que permitisse viabilizar o Programa de Governo, o Orçamento do Estado e as grandes reformas". Costa teria de mostrar a Cavaco um "apoio parlamentar de esquerda para o seu programa de médio prazo", concretiza Rui Medeiros.

Para que o PS consiga formar Governo será preciso um entendimento com o PCP e BE, o que a quatro dias das eleições não parece viável. Ainda na segunda-feira António Costa cri-

ticava as lideranças dos partidos à esquerda, ao defender que "no mínimo" comunistas e bloquistas devem "concentrar as suas energias na direita".

Além disso, no frente-a-frente que teve com António Costa, a porta-voz do Bloco Catarina Martins desafiou o líder do PS para uma conversa no dia seguinte às eleições, mas impôs condições que implicavam que o PS abdicasse de algumas das suas principais bandeiras. ■



**Tiago Duarte, constitucionalista na PLMJ, acredita que viabilizar um Orçamento do Estado não oferece garantia de estabilidade governativa.**



**Se fosse Presidente, o constitucionalista Rui Medeiros exigia que o acordo viabilizasse o programa de Governo, o Orçamento e as grandes reformas.**